

verdade, elas avaliavam, propunham e acompanhavam o andamento e a evolução dos trabalhos dos colegas brasileiros. Em 1969, por exemplo, esteve no país Mazie Herin, outra enfermeira da Associação Geral, e novamente apontou o quanto as instituições médicas da Divisão Sul Americana requeriam um constante suprimento de enfermeiros adventistas.

Dessa forma, as enfermeiras norte-americanas enviadas ao Brasil, ao reforçarem a escassez de enfermeiros de perfil religioso para as instituições denominacionais, exerceram papel preponderante na decisão de criar a Faculdade Adventista de Enfermagem. Embora as recomendações de Lois Burnett não tivessem sido seguidas à risca, estava lançada desde 1954 a semente da criação de um curso em instituição educacional.

7.2 CONJUNTURA POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E DE EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DA CRIAÇÃO DA FACULDADE ADVENTISTA DE ENFERMAGEM

No cenário político brasileiro, a Faculdade Adventista de Enfermagem é concebida e implantada nos primeiros anos do período do regime de ditadura militar, que foi implantado pelo golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) em 1964. Historicamente se sabe que o pretexto era combater a ameaça comunista, a corrupção e a crise político-econômica – crise diretamente ligada à renúncia do presidente Jânio Quadros, ocorrido em 1961, pressionado por denúncias de que apoiava o comunismo por manter-se neutro diante da Revolução Cubana ocorrida em 1959.

O contexto político-educacional que caracterizava esse momento histórico refletia a efervescência dos movimentos estudantis do período ditatorial. Dessa efervescência derivou, entre outras manifestações, as bases que fundamentaram a reforma universitária da ocasião. Como não podia deixar

de ser, suas diretrizes influíram nas origens conceituais, filosóficas e estruturais da então Faculdade Adventista de Enfermagem. Nesse sentido, é importante – mesmo que resumidamente – narrar a trajetória dos acontecimentos políticos e institucionais desse período tumultuado que serviu de pano de fundo do cenário de criação da nova faculdade de enfermagem.

Com a renúncia do presidente da República, o Brasil assistiu a uma crise política que culminou com o golpe militar que afastou da presidência João Goulart, até então, o vice-presidente. A partir de 1964 até 1985, o Brasil foi governado por militares, com um regime ditatorial. Nessa circunstância, a política brasileira passou a ser dominada pelo autoritarismo, pela supressão das liberdades e pela censura dos meios de comunicação social. Durante mais de vinte anos, o povo viveu num ambiente político e social de grande tensão. Na verdade, os militares criaram um cenário de prisões indiscriminadas, de torturas como método, de mortes e de desaparecimentos inexplicáveis e de exílios forçados. Não podia, enfim, haver manifestações públicas ou individuais de oposição ao governo militar, principalmente em 1969, ano da abertura da Faculdade Adventista de Enfermagem.

Enquanto isso, a economia modernizou-se, acompanhada de uma diversificação no setor industrial e de serviços, com base num modelo político de concentração de renda, de endividamento externo e de boas-vindas ao capital estrangeiro. Foi a época da correção monetária que transformou a inflação endêmica numa forma de financiamento do Estado.

Esse conjunto de fatores agravou com maior intensidade as enormes desigualdades econômicas e sociais que sempre acompanharam o povo brasileiro.

Em janeiro de 1985, a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência da República rompeu o ciclo de governos militares, colocou um ponto final no regime de exceção e deu início ao processo de redemocratização do país. Entretanto, na véspera de sua posse, ele adoeceu e morreu sem

assumir o governo. Em seu lugar tomou posse José Sarney, então vice-presidente, que governou até 1989. Nesse mesmo ano, houve eleições diretas; depois de trinta anos, o povo foi às urnas e elegeu Fernando Collor de Mello para presidente em 1990. Passados dois anos, Collor foi afastado do governo mediante um *impeachment* sem precedentes. Em seu lugar ficou Itamar Franco, o vice-presidente, até 1994, quando houve novas eleições, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso.

Voltando um pouco ao passado escolar, é oportuno dizer que o cenário da enfermagem no Brasil comportava na década de 1960 um caldo de categorias profissionais. Pela legislação do exercício profissional promulgada em 1955, em vigor à época, podiam exercer a enfermagem enfermeiro, obstetriz, auxiliar de enfermagem, parteira, parteira prática, enfermeiro prático ou prático de enfermagem (subdividida em três subcategorias: a enfermeira prática, religiosas e portadores de certidão/inscrição). Eram seis categorias numa mesma área, tida como profissão de enfermagem. Embora a lei esboçasse as atribuições específicas de cada uma delas, na prática pouca diferença se fazia sentir. O despreparo escolar da maioria desses trabalhadores na enfermagem resultava em um desprestígio para a profissão.

Por outro lado, a referida lei levou um longo tempo para sua regulamentação. Freitas (2005, p. 180) aponta as causas do fato, que estavam relacionadas a situação conflituosa entre enfermeiras e obstetrizes:

O Decreto nº 50.387, que regulamentou a Lei nº 2.604/55, somente entrou em vigor em 28 de março de 1961, portanto, após mais de cinco anos de vigência da referida lei, embora ela determinasse um prazo de apenas 120 dias para a regulamentação. O motivo dessa demora foi a existência de uma situação de conflito entre enfermeiras e obstetrizes, em que estas últimas queriam um projeto de lei específico da obstetrícia e independente em relação à enfermagem, considerando que aquela profissão mais antiga que a enfermagem. No entanto, as obstetrizes não lograram êxito em seu intento, porque os

parlamentares de então consideravam a enfermagem e a obstetrícia profissionais afins.

Até aquela década, a maioria das escolas de enfermagem não estava vinculada a universidades - grande parte delas estava ligada a hospitais. Foram criadas como estabelecimentos isolados de ensino superior do mesmo modo como aconteceu com a criação da Faculdade Adventista de Enfermagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vigorava na década de 1960, havia sido sancionada pelo presidente João Goulart em dezembro de 1961, e exigia a conclusão do ciclo colegial ou equivalente a todos os candidatos aos concursos vestibulares dos cursos superiores. Até essa data, o nível de escolaridade exigido pelas escolas para os ingressantes era variável. Apesar de a Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, estabelecer doze anos como tempo mínimo de escolaridade para o ingresso no ensino de enfermagem, firmava também a possibilidade de, por mais sete anos, alunos com apenas nove anos de estudo entrarem nas escolas de enfermagem. Por contingências diversas, esse prazo – que se encerraria em 1956 – foi estendido até 1961, causando um desnivelamento do grau de formação em enfermagem em relação a outros cursos já plenamente inseridos no sistema de ensino superior ou universitário. Dessa forma, somente a partir de 1962, de fato, consolidou-se o ensino superior de enfermagem em território nacional.

Pouco antes do início dos preparativos da criação da FAE, o Brasil contava com 37 universidades na maioria dos estados brasileiros, significando um crescimento de 130% em dez anos (Baptista, 1997, p. 95).

A conjuntura da educação nacional ao final da década de 1960 seguia duas vertentes: de um lado, eram os acordos que vinham sendo feitos entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC e a *United States Agency for International Development* – USAID; eram acordos para convênios de

assistência técnica e financeira às universidades brasileiras; de outro lado, eram os estudantes que promoviam intensas manifestações populares, estimulados pela União Nacional dos Estudantes – UNE, exatamente contra tais acordos.

Como essa conjuntura aconteceu no regime militar, os protestos foram logo silenciados, com a medida sumariamente ditatorial: em 13 de dezembro de 1968 o presidente da República, Artur da Costa e Silva, fechava o Congresso Nacional e, em 31 do mesmo mês, assinava o Ato Institucional nº 5, pelo qual as garantias civis ficavam seriamente restringidas.

Em suma, a vivência de boa parte de um clima político conturbado, não constituiu obstáculo para a Igreja Adventista lançar as propostas e fixar as bases da criação da Faculdade Adventista de Enfermagem. Muito pelo contrário, uma vez que subvenções eram dadas às IES particulares, por determinação do Plano Nacional de Educação, estabelecido em 1965. Stencel (2006, p. 165) afirma que

a IASD foi beneficiada pelas conjunturas contextuais das reformas propostas pelo sistema educacional brasileiro da década de 1960, a qual era favorável à expansão do ensino superior, principalmente do gênero privado. Além disso, [...] houve um significativo apoio do ponto de vista legal, técnico e financeiro por parte do governo federal para a consolidação do primeiro curso superior adventista no país.